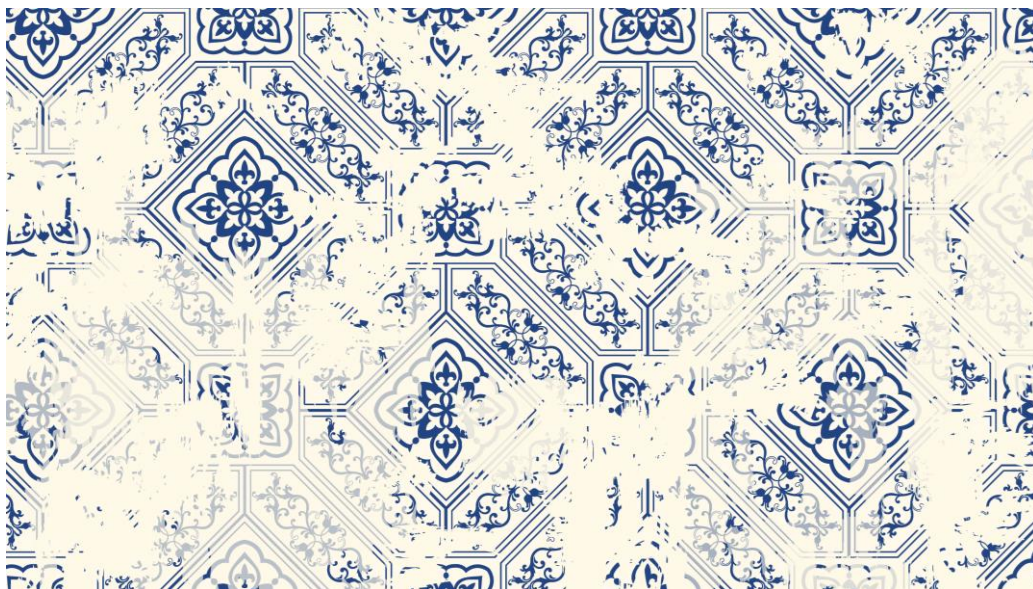




Relatório e Contas | Junho

 gestão de ativos
sgoic

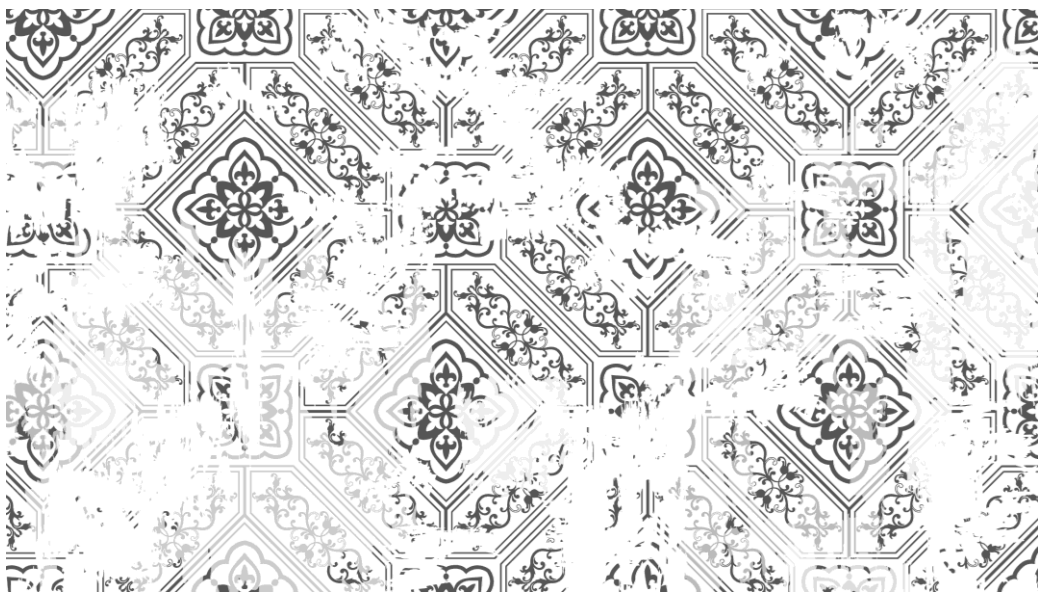
2026

IMGA GV Portuguese Corporate Debt

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos de Obrigações	14
Informação relativa à Gestão do Fundo	16
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	18
Eventos Subsequentes	19
Notas Informativas	20
Balanço	32
Demonstração de Resultados	35
Demonstração de Fluxos de Caixa	37
Anexo às Demonstrações Financeiras	39
Relatório de Auditoria	49



i m | g | a |

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores
e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O Fundo IMGA GV Portuguese Corporate Debt constituiu-se em 06 de janeiro de 2026 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, com duração indeterminada.

O fundo tem unicamente Unidades de Participação da Categoria G, que iniciaram a sua comercialização em 10 de outubro de 2025 e constituiu-se em 6 de janeiro de 2026.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores
e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Síntese da Evolução dos Mercados

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela coexistência de um enquadramento económico global resiliente, com o choque geopolítico no Médio Oriente. A escalada do conflito entre EUA/Israel e o Irão, incluindo o encerramento do Estreito de Ormuz, impulsionou os preços da energia e reacendeu riscos inflacionistas, embora o impacto tenha sido mitigado por respostas coordenadas e ajustamentos na oferta.

A atividade económica global abrandou moderadamente, mantendo, no entanto, um perfil resiliente. Os EUA destacaram-se pelo dinamismo do investimento, sobretudo associado à inteligência artificial, enquanto a Europa e outras regiões mais dependentes de energia foram mais penalizadas. A China manteve um desempenho robusto via exportações e os mercados emergentes apresentaram dinâmicas divergentes.

A inflação voltou a acelerar, sobretudo devido à energia, levando os principais bancos centrais a adotarem uma postura mais restritiva e a reverem em alta as expectativas para as taxas de juro. Apesar disso, a inflação subjacente manteve-se relativamente contida, sinalizando efeitos indiretos ainda limitados.

Os mercados financeiros mostraram-se resilientes. As taxas de juro de curto prazo subiram, mas os mercados acionistas registaram ganhos sólidos, suportados pelo crescimento dos lucros e pela temática da inteligência artificial. O dólar apreciou-se e as matérias-primas, em particular a energia, lideraram as valorizações.

Panorama geopolítico

As perspetivas económicas para o ano de 2026 eram consensualmente favoráveis, assentes nos estímulos orçamentais (EUA, Alemanha, China, Japão, etc.), no clima de menor incerteza económica, nos sinais de reaceleração cíclica da manufatura, na expectativa de retoma do rendimento real disponível e no forte investimento na temática da inteligência artificial. Paralelamente, projetava-se uma continuidade da convergência da inflação para o objetivo na área do euro e, em menor medida, nos EUA e no Reino Unido.

Não obstante, a crescente tensão entre os EUA e o Irão e a perceção, pelo eixo EUA/Israel, de fragilidade do regime iraniano, serviram de contexto para ataques coordenados e de larga escala, que vitimaram altas patentes do regime iraniano, incluindo o aiatola e Líder Supremo Ali Khamenei. A retaliação do Irão foi imediata e incluiu mísseis balísticos contra Israel e bases dos EUA na região; ataques a infraestruturas civis (incluindo aeroportos) de países vizinhos vistos como cúmplices dos EUA/Israel e o encerramento do Estreito de Ormuz, uma artéria vital para a economia mundial na perspetiva do fluxo de crude e de gás natural (representa cerca de 25% do fluxo mundial).

Os desenvolvimentos descritos resultaram numa subida significativa da cotação das matérias-primas energéticas, assim como de outros bens afetados pelo conflito no Médio Oriente, e consequentemente, alimentaram

riscos de um choque estagflacionista à escala global.

Ainda assim, o impacto da guerra foi inferior ao inicialmente receado. Apesar de este ter sido classificado como o maior choque energético de sempre, as suas repercussões foram limitadas por atenuantes como a libertação coordenada de reservas estratégicas de petróleo; o desvio de petróleo da Arábia Saudita por *pipeline* para o porto de Yanbu (no mar vermelho); a redução de procura global (em particular pela China) e a continuidade das exportações do Irão através de frotas e rotas não oficiais, mesmo durante a vigência do bloqueio naval dos EUA. Ainda assim, a cotação do Brent evoluiu ao longo de várias semanas acima dos 90\$/barril (atingiu momentaneamente um máximo de 121\$/barril) e o preço do gás natural de referência para a Europa situou-se entre os 45€/MWh e os 60€/MWh entre março e o início de junho.

Após múltiplos avanços, recuos e ameaças, em particular pela Administração Trump, no dia 17 de junho foi assinado em junho um Memorando de Entendimento para a reabertura imediata do Estreito de Ormuz e que traçou as linhas gerais para um cessar-fogo de 60 dias, no qual decorrerão negociações entre os EUA e o Irão, com foco no programa nuclear do Irão.

A proporção e a duração do embargo energético significaram, ainda assim, uma mudança das circunstâncias económicas.

Enquadramento económico global

A economia mundial terá registado algum abrandamento do ritmo de atividade ao longo do primeiro semestre de 2026, com base no impacto da subida dos preços das matérias-primas energéticas, na perda de rendimento real disponível e globalmente em resultado do clima de incerteza. Não obstante, a economia mundial voltou a exibir maior resiliência do que o esperado perante choques exógenos de larga escala, como ocorrera na crise pandémica; em 2022 com a guerra na Ucrânia; com a escalada das tarifas aduaneiras de Trump em 2025 e desta feita com as disrupções no Golfo Pérsico.

O impacto no ritmo de atividade foi diferenciado numa perspetiva geográfica. Na perspetiva da economia dos EUA, embora o clima de incerteza e a subida dos preços dos combustíveis tenham produzido algum impacto no consumo privado entre os meses de março e maio, esse impacto terá sido apenas marginal. Para tal terá contribuído a capacidade/disponibilidade dos consumidores para suprimir os níveis de poupança (em termos agregados), o suporte

dos reembolsos fiscais entre março e abril (superiores em mais de 60\$ mil milhões comparativamente ao ano anterior). Destaque ainda para a retoma cíclica da atividade na manufatura, para a reaceleração do mercado laboral dos EUA e para o impulso associado ao investimento no ecossistema associado à inteligência artificial.

Assim, o PIB dos EUA cresceu 2,1% em cadeia no primeiro trimestre de 2026, o que correspondeu a uma aceleração sequencial face aos 0,5% do trimestre anterior (impactado pelo encerramento dos serviços governamentais). O consumo privado desacelerou para um crescimento anualizado de apenas 0,5%, marcado por um efeito estatístico que afetou os gastos no segmento dos serviços. Inversamente, o investimento em capital fixo somou um trimestre de forte crescimento, beneficiado pela rubrica de investimento em equipamento e em *software* (+15,8% no trimestre) – em parte relacionado com a temática da inteligência artificial. Uma análise mais refinada permite mesmo concluir que entre o último trimestre de 2025 e o primeiro de 2026, o investimento

em setores impulsionados pela inteligência artificial somou uma variação homóloga superior a 18%, que contrasta com a correção de cerca de 8% do investimento em setores não relacionados com essa temática. A forte subida das importações (+11,8%) estará igualmente ligada à aquisição de semicondutores e outros equipamentos ao exterior.

Em oposição, o impacto da crise energética terá sido substancialmente superior noutras regiões, incluindo na área do euro, no Reino Unido e em vários países da Ásia, mais expostos às flutuações das matérias-primas energéticas nos mercados internacionais e em alguns casos mais diretamente dependentes do fornecimento de petróleo e de gás natural da região do Golfo Pérsico. Ainda assim, a perceção é que o ritmo de atividade terá abrandado apenas moderadamente, à luz da evolução dos PMIs e dos indicadores de atividade já disponíveis para o 2º trimestre de 2026.

Mais especificamente no caso europeu, apesar da contração de 0,2% do PIB no primeiro trimestre do ano, essa quebra esteve associada à correção superior a -7%

em cadeia do PIB da Irlanda, decorrente de distorções no comércio internacional introduzidas pelas tarifas aduaneiras da Administração Trump. Excluindo o contributo da Irlanda, o PIB da área do euro teria crescido 0,3% e em média o crescimento nos últimos quatro trimestres teria rondado os 1% em termos anualizados, um registo equivalente ao crescimento potencial da região. A procura externa dirigida às exportações europeias continuou a restringir o ritmo de atividade, compensado pelo contributo positivo da procura doméstica, em particular do consumo privado e dos gastos estatais. Destaque ainda para o acréscimo dos gastos em defesa e em infraestruturas e para o impulso associado à execução dos investimentos relacionados com o NGEU.

A dinâmica económica da China voltou a surpreender pela positiva no primeiro semestre de 2026, à semelhança do ano anterior. Pese embora o menor impulso fiscal comparativamente ao período homólogo, a atividade exportadora voltou a compensar a fragilidade da procura doméstica, em particular do investimento privado.

O agrupamento de economias emergentes exibiu dinâmicas distintas, com os países exportadores de matérias-primas a beneficiarem da subida do preço do petróleo e dos metais industriais, enquanto os países importadores saíram penalizados pela escalada das pressões inflacionistas e respetiva deterioração do rendimento real disponível, assim como pela introdução de medidas de racionamento de combustíveis em países como a Índia, Bangladesh, Paquistão e a Tailândia.

Inflação e política monetária

Se na perspetiva do crescimento o impacto estimado foi relativamente modesto, o mesmo não se verificou na inflação e na perspetiva dos bancos centrais. O contexto inflacionista é hoje materialmente distinto do observado antes do conflito no Médio Oriente. A subida descrita da cotação das matérias-primas energéticas significou uma inversão da trajetória de arrefecimento da inflação à escala global – patente na aceleração da inflação média dos países da

OCDE de 3,35% em janeiro para 4,61% em maio, o que corresponde ao nível mais elevado em praticamente dois anos.

A inflação homóloga dos EUA e da área do euro acompanhou a escalada dos custos energéticos, perçutíveis em acelerações de 1,2pp e de 1,5pp da inflação total, para 4,1% e 3,2%, respetivamente. Importa, no entanto, sublinhar que a dinâmica da inflação subjacente foi substancialmente mais branda que a inflação total, com as respetivas métricas dos EUA e da área do euro a acelerarem “apenas” 0,3pp e 0,4pp entre janeiro e maio. Embora a transmissão integral da subida dos encargos energéticos para a inflação seja um processo com uma duração que se pode estender a 9-12 meses, a expectativa é que a mesma seja apenas moderada e como tal significativamente inferior à verificada no episódio inflacionista de 2022-2023.

Por outro lado, apesar da queda dos preços da energia desde a assinatura do Memorando de Entendimento entre os EUA e o Irão, a reversão foi apenas parcial, persistindo como tal um efeito de base que

significará níveis de inflação acima do objetivo dos bancos centrais pelo menos até ao primeiro trimestre de 2027.

Consequentemente, assistiu-se a uma alteração significativa das expectativas de atuação dos principais bancos centrais. O BCE subiu a sua taxa diretora em junho em 25pb, o que ocorreu pela primeira vez desde 2023, para 2,25%. A decisão fundamentou-se na escalada dos preços da energia, na subida significativa das expetativas inflacionistas e nos riscos de transmissão da energia para as restantes componentes do cabaz inflacionista. No pico da crise, os investidores projetavam pelo menos três subidas de taxas em 2026. As expectativas no final do semestre eram mais brandas, com a incorporação parcial de uma subida adicional de taxas diretoras – ainda assim contrastante das projeções de taxas inalteradas pelo BCE no período pré-guerra.

A dinâmica foi equivalente no caso do Banco de Inglaterra e da Reserva Federal dos EUA. No início de 2026 era projetada uma redução das respetivas taxas diretoras em pelo menos 50pb no decorrer do ano, uma

situação que se inverteu por completo no decorrer do conflito, com a cotação dos futuros a descontar uma subida de 80pb no caso da taxa de referência britânica - encerrando o semestre com um acréscimo esperado de “apenas” 20pb.

No caso da Reserva Federal dos EUA, a confirmação de Kevin Warsh como novo presidente da instituição e a retórica agressiva do banco central na sua primeira reunião de política monetária foram, provavelmente, mais decisivos na perspetiva das expectativas de atuação futura do banco central. Com efeito, a mensagem perentória de Warsh de combate à inflação e de convergência para o objetivo de 2% foi vista como um sinal de resposta agressiva do banco central, a par da convergência de 9 membros do FOMC para um cenário de subidas de taxas diretoras em 2026.

O Banco do Japão seguiu o processo de normalização progressiva da sua taxa diretora, ao subir 25pb na reunião de junho, para 1%, o que corresponde ao nível mais elevado desde março de 1995.

Mercados financeiros

Apesar do clima de incerteza geopolítico e do acréscimo da volatilidade, os mercados financeiros mantiveram-se resilientes, assentes na solidez dos fundamentais macro e microeconómicos, na vaga de investimento em inteligência artificial e no forte crescimento dos resultados empresariais.

A aceleração da inflação e a respetiva postura mais agressiva dos bancos centrais impulsionou as taxas de juro de curto-prazo. No caso europeu, assistiu-se a uma subida de 41pb da taxa de juro a 2 anos da Alemanha no primeiro semestre de 2026, comparativamente superior às maturidades mais longas, que no caso da Alemanha subiram apenas 15pb a 5 anos e permaneceram inalteradas no prazo a 10 anos, face ao nível observado no início do ano, para 2,86%.

A variação de taxas em França, Espanha e Portugal mais pronunciada, o que originou alargamentos, ainda que marginais, dos respetivos spreads face à Alemanha, reflexo do ambiente de menor apetite por risco.

Nos EUA, o movimento da taxa de juro a 10 anos foi ascendente (+30pb), totalmente explicado pela componente de taxa real, num clima de perspetivas económicas mais favoráveis e de aceleração do PIB potencial. Ainda assim, também aqui a evolução da curva de rendimentos foi numa configuração de menor inclinação, com as taxas de juro dos prazos mais curtos a exibirem subidas mais significativas (70pb nos 2 anos e de 50pb na maturidade a 5 anos), associadas ao maior aumento do prémio inflacionista nesses prazos.

Ainda assim, apesar da subida das taxas de juro europeias, o respetivo índice de dívida governamentais valorizou 1,25%, em contraste com o índice de dívida agregada norte-americana, que desvalorizou 0,26% no semestre.

A dívida empresarial europeia manteve-se suportada, com o spread do índice *investment grade* praticamente inalterado (+1pb), o que contribuiu para a valorização de 1,33% nos primeiros seis meses do ano. O desempenho do índice de dívida empresarial europeia de menor qualidade creditícia (*high yield*) foi equivalente, com o

alargamento apenas marginal do respetivo spread (+4pb) e o nível absoluto e taxa de juro (*carry*) subjacente a permitirem uma valorização semestral de 1,83% deste segmento.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos spreads (30pb no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+3,47%).

À semelhança do universo europeu, a dívida empresarial *high-yield* dos EUA registou um alargamento apenas marginal do spread no semestre, o que permitiu que o *carry* correspondente da classe permitisse uma valorização de praticamente 2% no período. A dívida empresarial *investment grade* dos EUA desvalorizou marginalmente no semestre (-0,04%).

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre

1,5% e 2,3% da dívida empresarial e da dívida soberana no semestre, respetivamente. A trajetória de apreciação do dólar e o enviesamento para emissões com maturidades mais curtas penalizou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local, que somou uma valorização de apenas 0,84%.

Apesar do menor suporte dos bancos centrais, dos riscos inflacionistas e do clima de incerteza geopolítica, os principais índices acionistas voltaram a somar fortes ganhos nos primeiros seis meses do ano. O perfil de valorização destes índices deveu-se quase em exclusivo às revisões em alta das estimativas de crescimento dos resultados empresariais, o que em oposição a valorizações assentes na expansão de múltiplos, atribui um caráter de maior sustentabilidade dos ganhos observados.

O enquadramento macroeconómico resiliente, a retoma cíclica no setor da manufatura e o entusiasmo dos investidores em torno da temática da inteligência artificial estiveram igualmente entre os principais *drivers* das fortes valorizações dos principais índices acionistas no semestre.

Nos EUA, o Nasdaq valorizou 13,1% no período, tendo as restantes praças norte-americanas somado igualmente ganhos significativos no primeiro semestre do ano, entre as quais o S&P500 (+10,2%). O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+20,2%), tecnologia (19,8%) e energia (19,7%), enquanto consumo discricionário (-0,8%) e o setor financeiro (-1,3%) estiveram entre os piores. O índice de empresas de menor capitalização bolsista – Russell 2000 – valorizou 22,6% no mesmo período.

Na Europa, o índice MSCI valorizou 10,7%, impulsionado pela valorização das praças italiana (18,2%) e neerlandesa (15,3%), com o índice alemão DAX entre os menos bem-sucedidos (+2,1%) no semestre. Os títulos de menor capitalização bolsista, impactados pelo

impacto económico da guerra e pela subida das taxas de juro, somaram uma valorização semestral de 8,1%.

À escala global, destaque para os fortes ganhos dos índices sul coreano KOSPI (+93.9%) e de Taiwan (+62.6%) e do nipónico NIKKEI (+39%), impulsionados pela temática da inteligência artificial.

Nos mercados cambiais, o dólar dos EUA esteve em plano de destaque contra os seus parceiros comerciais, e encerrou o período com uma apreciação de 2,7%, beneficiado pelo clima de incerteza geopolítica e pelas perspetivas de atuação mais agressiva da Fed, incluindo a especulação em torno da possível redução da dimensão do seu balanço, proposta por Kevin Warsh. Entre os seus principais pares, destaque para a apreciação

de 2,8% face ao euro e de 3,7% face ao iene. Na perspetiva da moeda única europeia, apesar da subida de taxas do BCE, observaram-se ainda assim perdas contra o franco suíço (-0,8%), a libra esterlina (-1,2%) e a coroa norueguesa (-4,5%). A cotação do cabaz representativo das divisas de mercados emergentes ficou praticamente inalterada no primeiro semestre de 2026.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 12,3% nos primeiros seis meses do ano, e como habitual, marcado por uma elevada disparidade de performances. O segmento com maiores ganhos foi o complexo energético, com a valorização de 21,2% do *brent*, seguido pelo trigo (16,2%) e pelo zinco (14,3%). Destaque pela negativa para a prata (-18,2%).



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

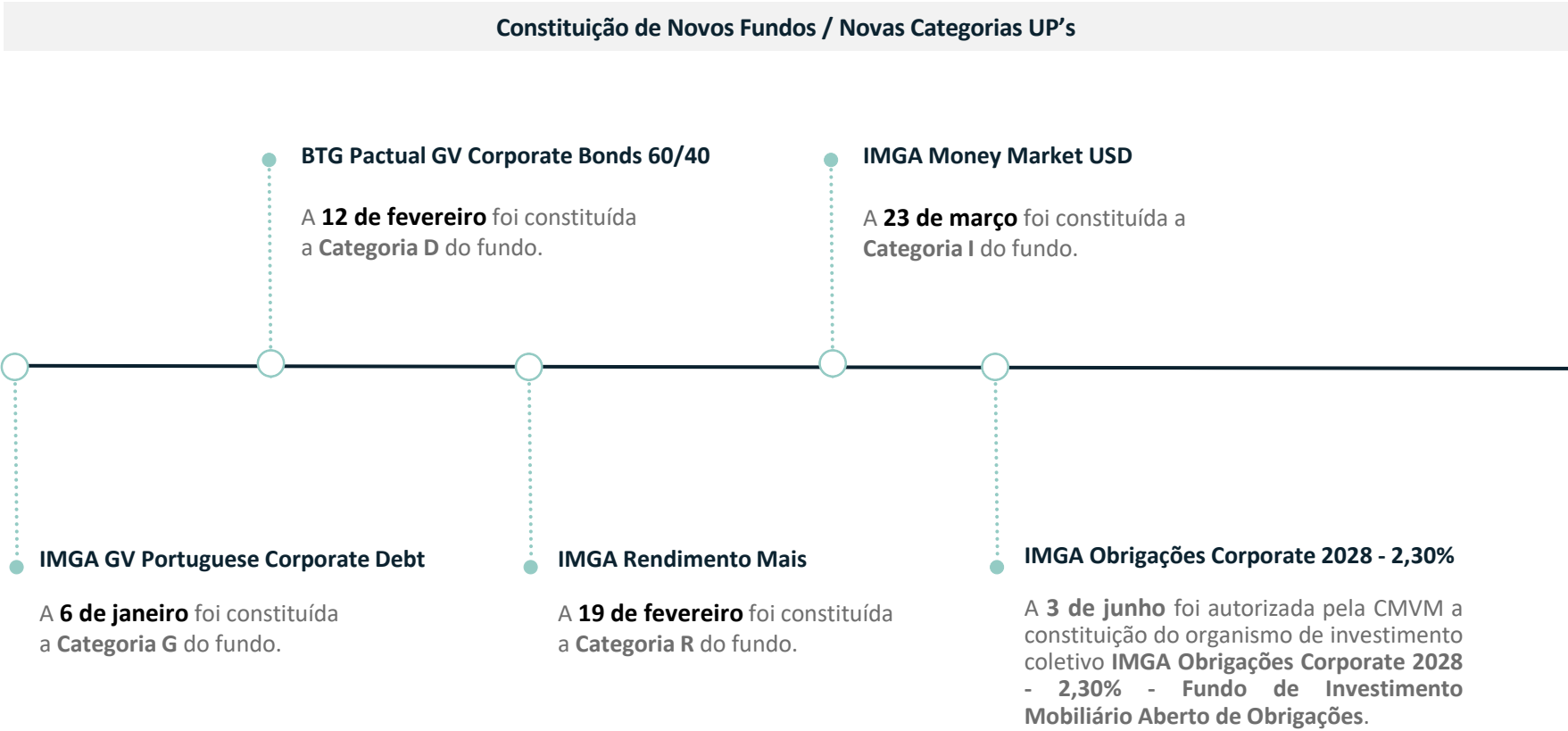
Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

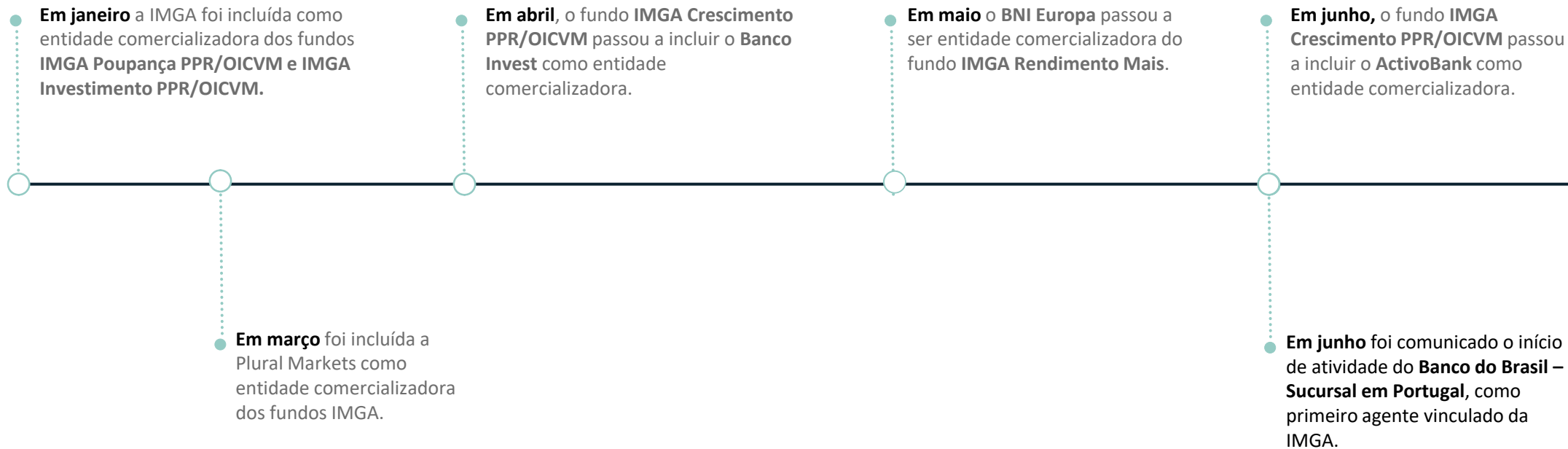
Relatório de Auditoria

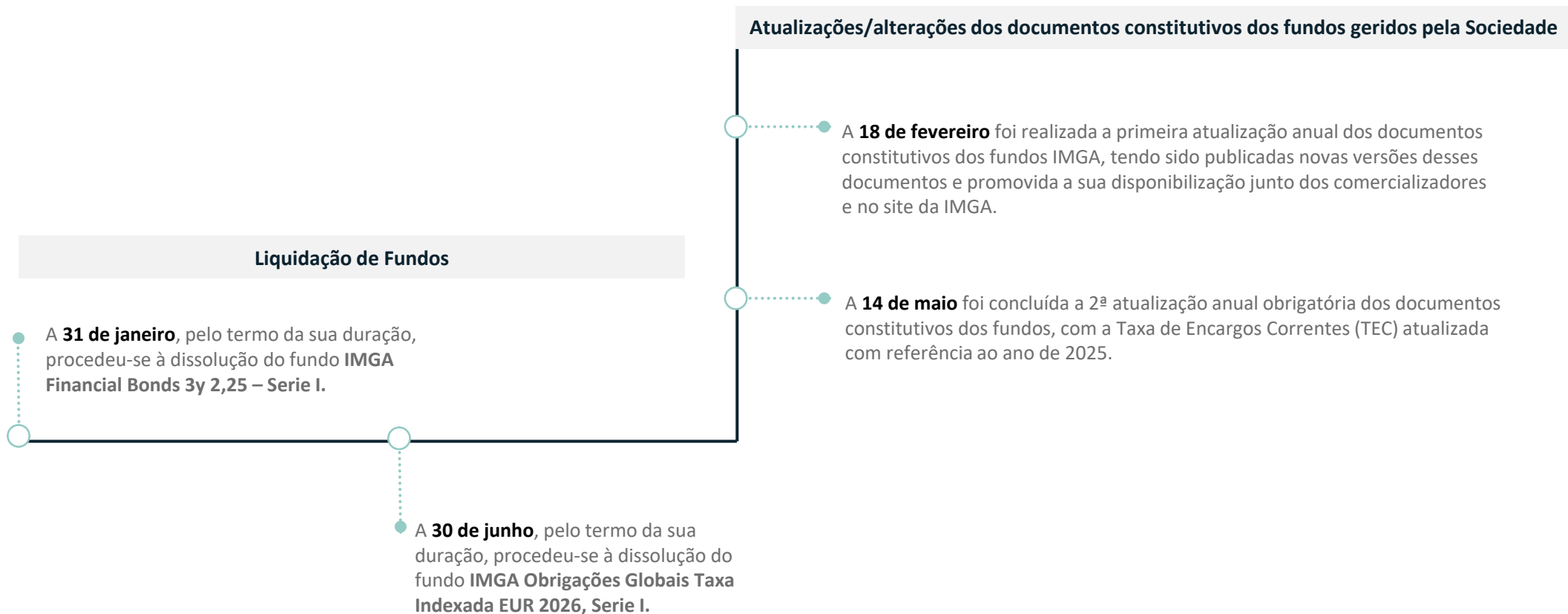
Principais Eventos



Novas Entidades Comercializadoras e Agentes Vinculados

No decurso do primeiro semestre de 2026, a IMGA manteve a estratégia de alargamento da sua rede comercial e de distribuição, tendo sido dado seguimento a diversos processos de formalização de acordos com entidades externas.





Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

- A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos geridos pela IMGA.

Eventos Regulatórios

- A **27 de fevereiro** foi publicada a Circular anual relativa à Gestão de Ativos 2026, onde estão definidas as prioridades para 2026 e as ações de supervisão previstas para o corrente ano.

Informações relacionadas com a Sustentabilidade

- A **30 de junho** foi publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2025.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Desempenho Fundos de Obrigações

O primeiro semestre de 2026 decorreu num contexto ainda exigente para os mercados obrigacionistas, marcado pela evolução das expectativas relativas à política monetária, pela volatilidade das taxas de juro e por um enquadramento macroeconómico e geopolítico incerto. Ainda assim, os níveis de rendibilidade continuaram a proporcionar condições favoráveis às estratégias de rendimento, sobretudo nos segmentos de maior qualidade de crédito e com gestão ativa da duração.

O segmento obrigacionista continuou a beneficiar de níveis de rendibilidade historicamente atrativos e de fundamentos empresariais resilientes, embora os diferenciais de crédito tenham apresentado alguma volatilidade ao longo do semestre. De acordo com os dados mais recentes da APFIPP, os fundos de obrigações continuavam a representar uma das principais categorias do mercado nacional de fundos de investimento, com ativos sob gestão superiores a 4,3 mil milhões de euros no final de maio de 2026.

No universo da IMGA, os ativos sob gestão dos fundos de obrigações registaram uma diminuição de 10,85%, condicionada pela liquidação, na respetiva data de maturidade, de um fundo de prazo determinado, no montante de 182 milhões de euros. Excluindo o efeito desta liquidação, os ativos sob gestão teriam registado um crescimento de

cerca de 7,5%, refletindo quer a valorização das carteiras, quer a captação líquida de novos investimentos. Destacaram-se o IMGA Euro Taxa Variável, que atingiu cerca de 366 milhões de euros sob gestão, e o IMGA Rendimento Semestral, que alcançou aproximadamente 187 milhões de euros.

Ao nível do desempenho, os resultados foram positivos na generalidade dos fundos. Até ao final de junho de 2026, o IMGA Euro Taxa Variável apresentou uma rendibilidade líquida acumulada de 1,16%, o IMGA Rendimento Semestral valorizou igualmente 1,16% e o IMGA Rendimento Mais registou uma valorização de 1,12%. Todos os fundos apresentaram rendibilidades positivas, beneficiando da gestão ativa da duração e da seleção criteriosa de crédito, num período marcado por oscilações significativas das taxas de mercado.

Em termos de captação de investimento, verificou-se uma procura sustentada por soluções de rendimento e por estratégias de menor volatilidade, com destaque para os fundos de taxa variável e de crédito empresarial. A gestão das carteiras manteve uma abordagem prudente e seletiva, centrada na qualidade dos emitentes, na diversificação das fontes de retorno e na identificação de oportunidades resultantes das ineficiências geradas pela volatilidade dos mercados.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	2,52%	0,74%	2	3,76%	0,81%	2	1,73%	1,02%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	2,52%	0,74%	2	3,76%	0,81%	2	1,72%	1,02%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT I	2,91%	0,74%	2	4.15% (*)	0,81%	2	2.03% (*)	1,02%	2
CA RENDIMENTO	2,40%	0,53%	2	3,73%	0,61%	2	1,45%	1,09%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	2,50%	1,24%	2	4,03%	1,31%	2	1,14%	1,71%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	2,49%	1,24%	2	4,03%	1,31%	2	1,17%	1,71%	2
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P	1,11%	1,70%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R	1,11%	1,70%	2	-	-	-	-	-	-
BTG PACTUAL GV CORPORATE BONDS 60/40 CAT C (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA GV PORTUGUESE CORPORATE DEBT - CAT G (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	1,16%	4,37%	3	2,32%	4,56%	3	-0,95%	4,41%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT A	2,47%	2,40%	3	4,65%	2,66%	3	0,68%	3,03%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT I	3,01%	2,40%	3	5.18% (*)	2,66%	3	1.19% (*)	3,03%	3
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	0,64%	0,18%	1	2,63%	0,93%	2	-	-	-

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

(**) fundo com menos de 12 meses desde a sua constituição

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Informação relativa à Gestão do Fundo

Ao longo do primeiro semestre de 2026 os mercados obrigacionistas foram dominados pela escalada das tensões geopolíticas no Médio Oriente, em particular pelo conflito envolvendo os EUA e o Irão, que teve um impacto significativo na evolução do preço do petróleo, das expectativas de inflação e das perspetivas para a política monetária. As tensões intensificaram-se progressivamente até culminarem no início do conflito no final de fevereiro, levando o Brent a registar uma forte valorização durante o primeiro trimestre e a manter-se em níveis historicamente elevados nos meses seguintes.

A subida dos preços da energia reacendeu receios de um choque inflacionista global, refletindo-se num aumento das expectativas de inflação tanto nos EUA como na Zona Euro. Os dados económicos confirmaram esta tendência, com a inflação a revelar-se persistentemente elevada, levando os principais bancos centrais a manterem um discurso prudente. Nos EUA, os sucessivos indicadores de atividade e emprego continuaram a demonstrar uma economia resiliente, reduzindo significativamente as expectativas de cortes das taxas de juro por parte da Reserva Federal. Na Zona Euro, embora o início do ano tenha sido marcado por alguma moderação da inflação, a evolução do conflito e a subida do petróleo inverteram rapidamente essa perspetiva, levando os mercados a adiarem as expectativas de flexibilização monetária.

Neste enquadramento, as obrigações soberanas enfrentaram um período de elevada volatilidade. As *yields* registaram uma tendência generalizada de subida, impulsionadas pelo aumento das expectativas de inflação e pela revisão das perspetivas para as taxas diretoras. A obrigações norte-americanas a 10 anos terminaram o primeiro trimestre acima dos níveis observados no início do ano, enquanto as obrigações alemãs a 10 anos ultrapassaram os 3%, atingindo máximos de vários anos. Também no Japão se observaram aumentos significativos das *yields*, sustentados por expectativas de maior estímulo orçamental e por uma postura mais restritiva do Banco do Japão.

Durante abril e maio, apesar de vários episódios de otimismo associados a potenciais negociações entre os EUA e o Irão, a incerteza permaneceu elevada. O anúncio de possíveis cessar-fogos e o progresso nas negociações contribuíram temporariamente para uma descida do preço do petróleo e para uma recuperação das obrigações soberanas. Contudo, a ausência de um acordo definitivo e a divulgação de dados de inflação acima do esperado voltaram a pressionar as *yields* para níveis elevados em várias economias desenvolvidas.

Paralelamente, os mercados acompanharam outros acontecimentos relevantes, incluindo alterações na política comercial norte-

americana, a decisão do Supremo Tribunal dos EUA relativamente às tarifas impostas pela administração Trump e diversos eventos políticos no Japão e no Reino Unido, fatores que contribuíram para aumentar a volatilidade dos mercados, embora com um impacto mais limitado na evolução estrutural do mercado obrigacionista do que o contexto geopolítico e inflacionista.

Neste contexto os spreads de crédito apresentaram uma evolução marcada por duas fases distintas. No início do ano, o mercado manteve a dinâmica positiva observada desde o final de 2022, com uma forte procura por ativos de crédito a impulsionar um estreitamento dos spreads. Contudo, a partir de fevereiro, o sentimento dos investidores deteriorou-se devido à conjugação de vários fatores de risco, nomeadamente as preocupações em torno do impacto da inteligência artificial em determinados setores, a instabilidade no mercado de crédito privado, o agravamento das tensões geopolíticas entre os EUA e o Irão e o reduzido prémio de risco implícito nos spreads.

A escalada do conflito no Médio Oriente no final de fevereiro levou a um aumento da aversão ao risco. Apesar deste movimento de correção, o alargamento revelou-se relativamente contido quando comparado com o observado em 2025, durante o episódio associado ao anúncio das tarifas norte-americanas. Esta resiliência foi particularmente relevante tendo em conta que os spreads iniciaram 2026 em níveis significativamente mais comprimidos, evidenciando que os fundamentais do mercado de crédito permaneceram relativamente sólidos apesar do contexto geopolítico adverso.

O desempenho do fundo IMGA GV Portuguese Corporate Debt ao longo dos primeiros seis meses de 2026 foi influenciado pela manutenção dos prémios de risco de crédito dos segmentos de *investment grade* e *high yield*, pela redução dos spreads de crédito da dívida subordinada e pela subida

expressiva das taxas de juro governamentais de médio/longo prazo, com especial destaque para o alargamento do spread de Portugal face a Alemanha em cerca de 8 pontos base.

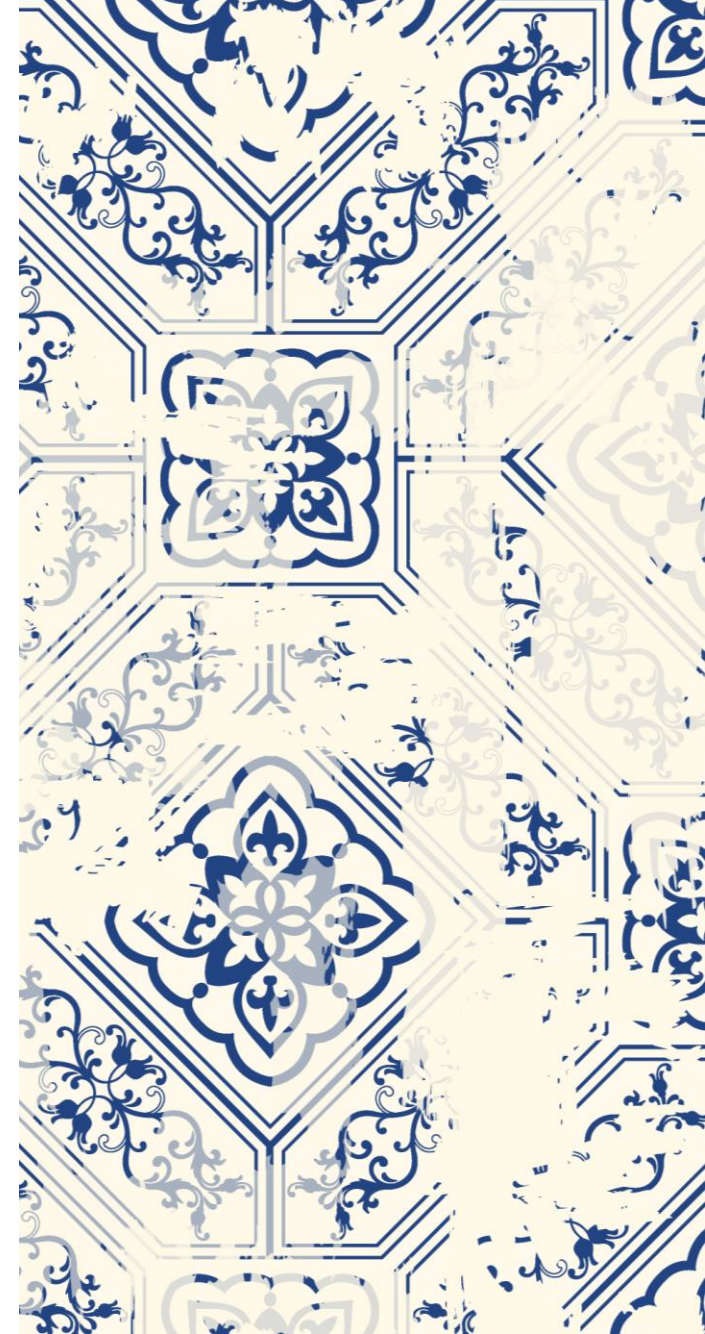
A subida das taxas de juro governamentais penalizou a performance do Fundo. Não obstante, o Fundo geriu a sua duração de uma forma conservadora, procurando aumentar progressivamente a duração em momentos de subida de taxas de juro através do reinvestimento no risco de taxa de juro a remunerações mais elevadas.

A participação ativa do Fundo no mercado primário de obrigações de crédito, com o objetivo de captar o respetivo prémio de risco, constituiu um elemento importante da estratégia de investimento. Em simultâneo, a gestão da exposição ao risco de taxa de juro permitiu manter um perfil de risco/retorno ajustado.

No final de junho, o IMGA GV Portuguese Corporate Debt apresentava, na categoria G, um valor líquido global de €4,7M.

As vendas líquidas no primeiro semestre foram positivas em €4,7M, com efeito de mercado residualmente negativo.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



Relatório de Gestão

- Nota Introdutória
- Síntese da Evolução dos Mercados
- Principais Eventos
- Desempenho Fundos de Obrigações
- Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

- Eventos Subsequentes
- Notas Informativas
- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Relatório de Auditoria

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2026			
Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número a 30/06/2026
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	161 753	279 610	3
Administradores independentes	22 375	-	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	28 060	-	4
Colaboradores	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número a 30/06/2026
Colaboradores	1 462 745	590 069	52

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2026.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, cujo custo pelos serviços

prestados nesse âmbito ascenderam a €16.359.

No primeiro semestre de 2026 foram pagos €128.529 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz

um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2026, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores
e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2026

A **22 de julho** foram constituídas as
Categorias C e R do fundo IMGA
Obrigações Corporate 2028 – 2,30%.

A **21 de agosto** foi aprovada pela
CMVM a constituição do **fundo**
Adamastor PPR/OICVM.

Relatório de Gestão

- Nota Introdutória
- Síntese da Evolução dos Mercados
- Principais Eventos
- Desempenho Fundos de Obrigações
- Informação relativa à Gestão do Fundo
- Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade
- Eventos Subsequentes

Notas Informativas

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Relatório de Auditoria

IMGA GV Portuguese Corporate Debt - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Valor da Carteira: (30 de junho de 2026) 4 715 219 Euros
Data de Constituição: 6 de janeiro de 2026	Banco Depositário: Bison Bank, S.A.	

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

Não são divulgados dados relativos à evolução de rentabilidade e risco, na medida em que ainda não completou um ano civil.



POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo investe, no mínimo, 80% do seu valor líquido global, direta ou indiretamente, em instrumentos representativos de dívida, designadamente obrigações e papel comercial, emitidos por entidades privadas.

O Fundo pode investir um mínimo de 65% em emitentes portugueses e até um máximo de 35% em obrigações cotadas de mercados Europeus ou dos Estados Unidos, diretamente em obrigações ou ETFs e em Unidades de Participação de Outros Fundos com uma Política de Investimento similar à do Fundo, nos termos legalmente estabelecidos.

O investimento pode ser efetuado em obrigações, de taxa fixa ou taxa variável, com distintos graus de subordinação, obrigações hipotecárias, obrigações resultantes da titularização de créditos e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente, expressos direta ou indiretamente em euros, emitidos por entidades privadas, bem como em papel comercial.

O Fundo investe maioritariamente em emitentes cuja qualidade de crédito, à data do investimento, apresente uma notação de rating equivalente aos escalões das agências de rating considerados apropriados para investimento (Investment Grade) ou, não tendo notação atribuída, possua risco de crédito equivalente na ótica da Entidade responsável pela gestão.

O Fundo não pode investir direta ou indiretamente em ações ordinárias.

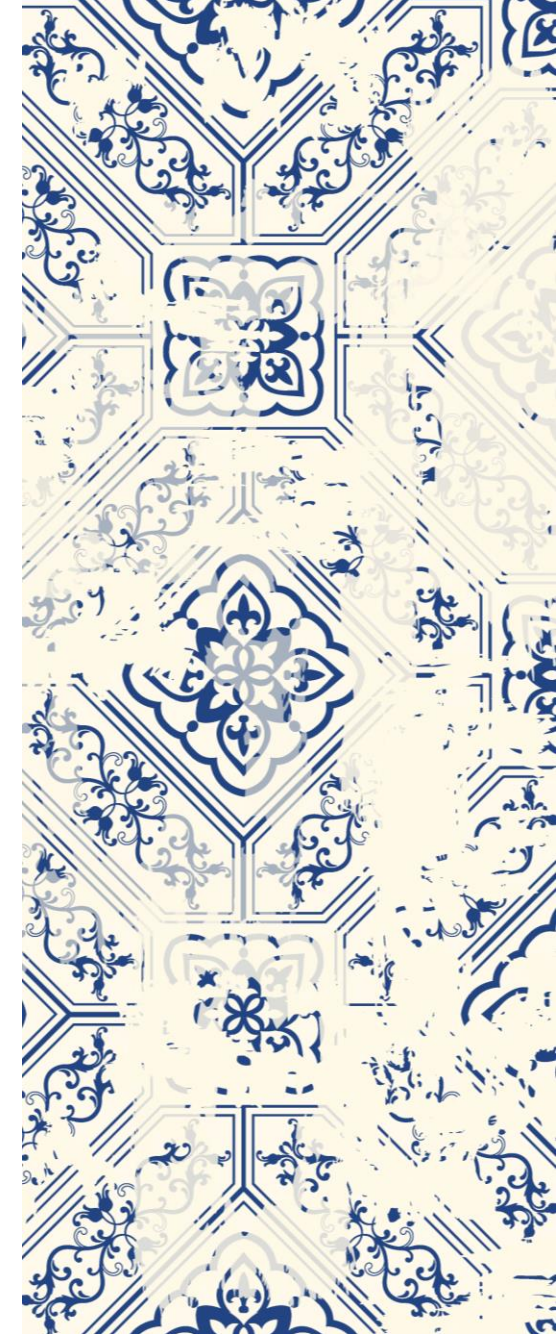
O Fundo pode investir os seus capitais em instrumentos denominados em divisas diferentes do euro, até ao limite de 35% do seu valor líquido global, podendo exceder esse limite desde que em simultâneo efetue, para o excesso, a cobertura do risco cambial através de instrumento adequado.

O Fundo pode recorrer à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, designadamente sobre dívida pública da Zona Euro para fins de cobertura

de risco dentro dos limites legalmente estabelecidos.

Até 10% do seu valor líquido global, o Fundo pode investir em unidades de participação de outros OIC compatíveis com o objetivo do Fundo, incluindo fundos de investimento geridos pela IM Gestão de Ativos.

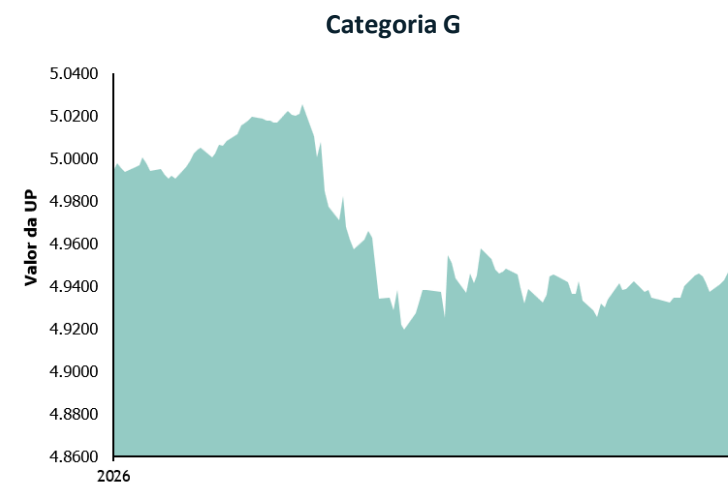
Para a gestão da liquidez necessária, o Fundo poderá ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações nos mercados interbancários, bilhetes do tesouro, certificados de depósito e unidades de participação de Fundos do Mercado Monetário, na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do Fundo, tendo em conta a sua política de investimentos. A estratégia de investimento do Fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência.



EVOLUÇÃO DO FUNDO

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	30.06.2026
Nº. UP's em circulação	952 604,4020
Valor Unitário UP (Euro)	4,9499



DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(Unidades: Euros)

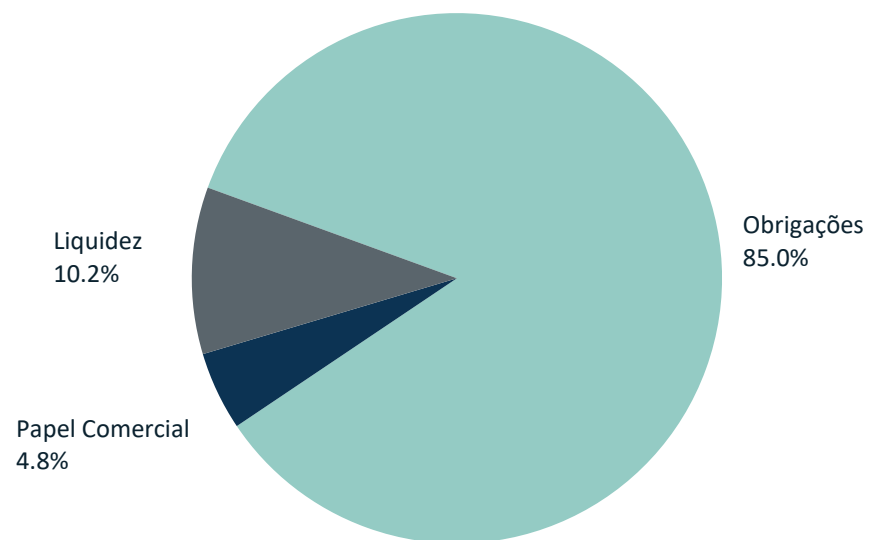
30.06.2026

Valores mobiliários	4 629 952
Saldos bancários	530 345
Outros ativos	52 649
Total dos ativos	5 212 945
Passivos	497 726
Valor Líquido de Inventário	4 715 219

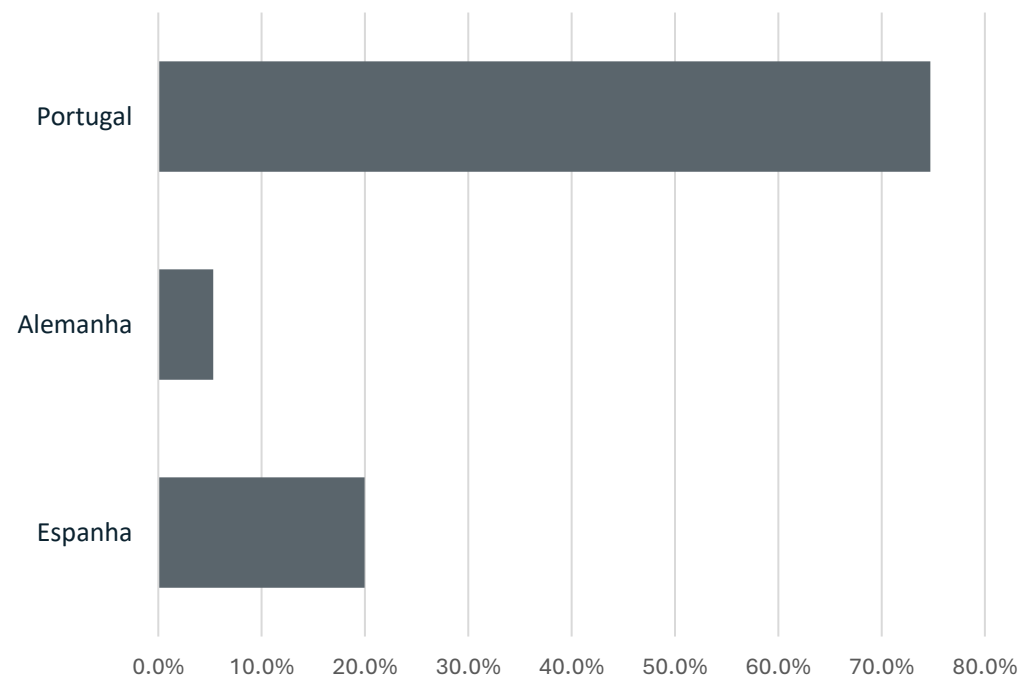


COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira Ativos



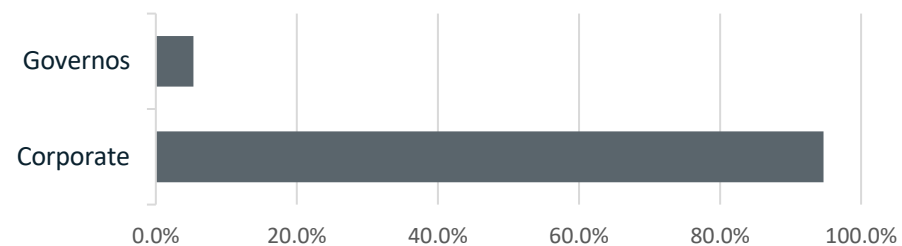
País



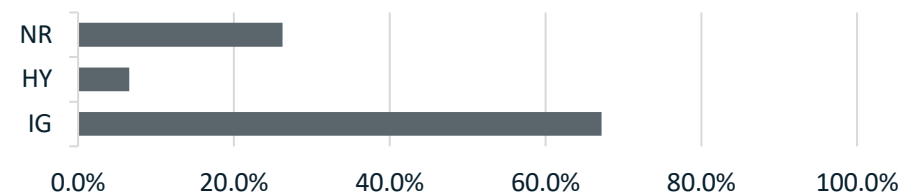
Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Tipo de Emitente



Risco de Crédito



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Portuguesas	1 005 429	2 493	2 666	1 005 256	19 800	1 025 056	22%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	3 383 014	3 781	12 099	3 374 696	32 758	3 407 454	73%
2. OUTROS VALORES	250 000	-	-	250 000	(156)	249 844	5%
TOTAL	4 638 443	6 274	14 765	4 629 952	52 402	4 682 354	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	27 606
Outros investimentos	-
As mais-valias de investimento	6 827
Custos	
Custos de gestão	(14 062)
Custos de depósito	(827)
Outros encargos, taxas e impostos	(5 936)
As menos-valias de investimentos	(18 731)
Lucro líquido	(5 122)
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	4 720 341
Resgates	-



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

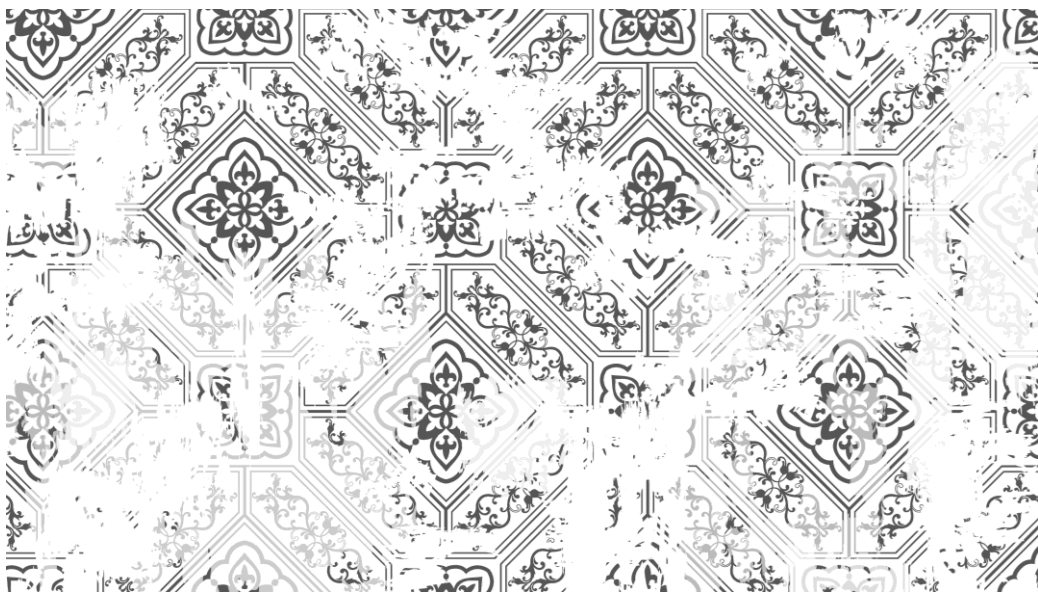
(valores em euro)

	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
30.06.2026	4 715 219	4,9499

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados durante o primeiro semestre de 2026.





i m | g | a |

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

ATIVO					
30.06.2026					
Código	Designação	Bruto	Mv	mv/P	Líquido
Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM				
33	Ativos Intangíveis das SIM				
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>				
Carteira de Títulos					
21	Obrigações	4 388 443	6 274	(14 765)	4 379 952
22	Ações				
23	Outros Títulos de Capital				
24	Unidades de Participação				
25	Direitos				
26	Outros Instrumentos da Dívida	250 000			250 000
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>4 638 443</u>	<u>6 274</u>	<u>(14 765)</u>	<u>4 629 952</u>
Outros Ativos					
31	Outros ativos				
	<i>Total de Outros Ativos</i>				
Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores				
	<i>Total dos Valores a Receber</i>				
Disponibilidades					
11	Caixa				
12	Depósitos à Ordem	530 345			530 345
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso				
14	Certificados de Depósito				
18	Outros Meios Monetários				
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>530 345</u>			<u>530 345</u>
Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	52 558			52 558
52	Despesas com Custo Diferido				
53	Outros acréscimos e diferimentos	90			90
59	Contas transitórias ativas				
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>52 649</u>			<u>52 649</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>5 221 436</u>	<u>6 274</u>	<u>(14 765)</u>	<u>5 212 945</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				<u>952 604</u>

PASSIVO		
Período		
Código	Designação	30.06.2026
Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	4 763 022
62	Variações Patrimoniais	(42 680)
64	Resultados Transitados	
65	Resultados Distribuídos	
67	Dividendos Antecipados das SIM	
66	Resultados Líquidos do Período	(5 122)
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>4 715 219</u>
Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos	
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>	
Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes	
422	Rendimentos a Pagar a Participantes	
423	Comissões a Pagar	29 301
424+...+429	Outras contas de Credores	466 686
43+12	Empréstimos Obtidos	
44	Pessoal	
46	Acionistas	
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>495 986</u>
Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	1 584
56	Receitas com Proveito Diferido	156
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	
59	Contas transitórias passivas	
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>1 740</u>
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>5 212 945</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação	<u>4.9499</u>

(Valores em EUR)

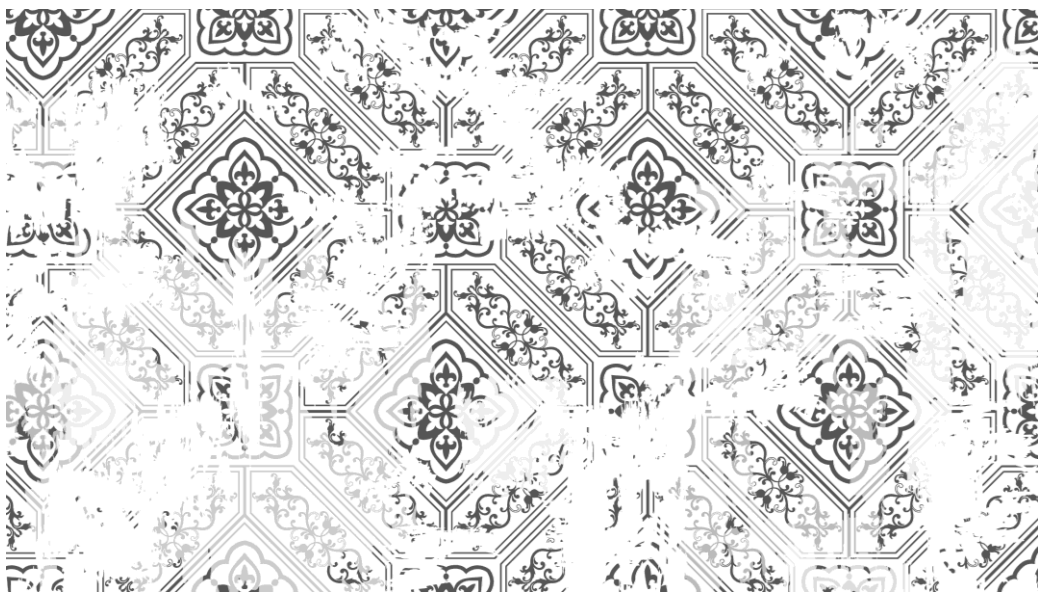
Data: 30.06.2026

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

		Período
Código	Designação	30.06.2026
	Operações Cambiais	
911	À vista	
912	A prazo (forwards cambiais)	
913	Swaps cambiais	
914	Opções	
915	Futuros	
	<i>Total</i>	
	Operações Sobre Taxas de Juro	
921	Contratos a prazo (FRA)	
922	Swap de taxa de juro	
923	Contratos de garantia de taxa de juro	
924	Opções	
925	Futuros	
	<i>Total</i>	
	Operações Sobre Cotações	
934	Opções	
935	Futuros	
	<i>Total</i>	
	Compromissos de Terceiros	
942	Operações a prazo (reporte de valores)	
944	Valores cedidos em garantia	
945	Empréstimos de títulos	
	<i>Total</i>	
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

		Período
Código	Designação	30.06.2026
	Operações Cambiais	
911	À vista	
912	A prazo (forwards cambiais)	
913	Swaps cambiais	
914	Opções	
915	Futuros	
	<i>Total</i>	
	Operações Sobre Taxas de Juro	
921	Contratos a prazo (FRA)	
922	Swap de taxa de juro	
923	Contratos de garantia de taxa de juro	
924	Opções	
925	Futuros	
	<i>Total</i>	
	Operações Sobre Cotações	
934	Opções	
935	Futuros	
	<i>Total</i>	
	Compromissos Com Terceiros	
941	Subscrição de títulos	
942	Operações a prazo (reporte de valores)	
943	Valores cedidos em garantia	
	<i>Total</i>	
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	

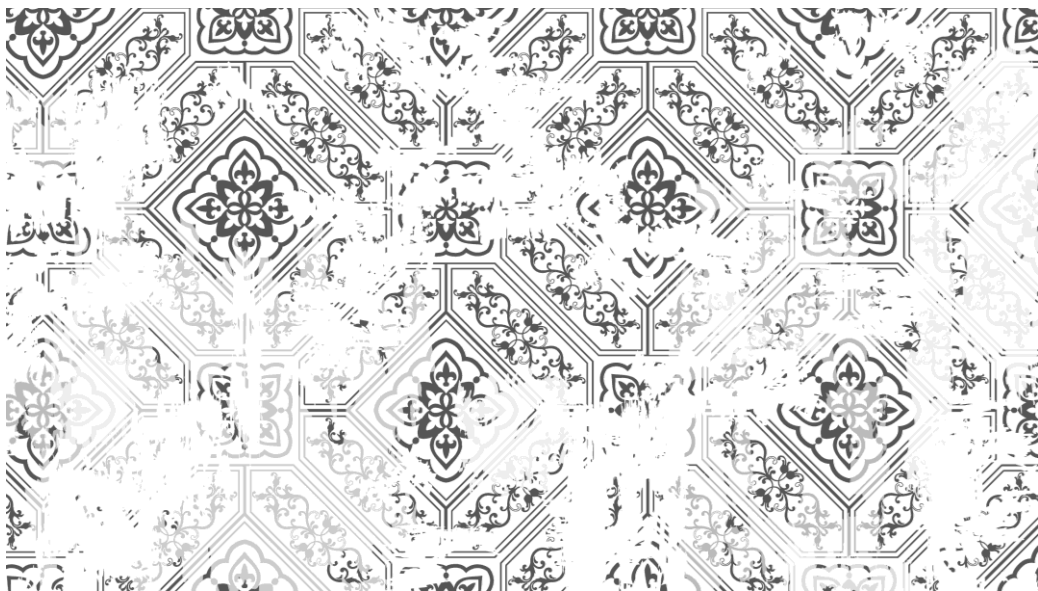


i m | g | a |

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

CUSTOS E PERDAS			PROVEITOS E GANHOS		
Código	Designação	Período 30.06.2026	Código	Designação	Período 30.06.2026
	Custos e Perdas Correntes			Proveitos e Ganhos Correntes	
	Juros e Custos Equiparados			Juros e Proveitos Equiparados	
711+718	De Operações Correntes		812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	27 606
719	De Operações Extrapatrimoniais		811+814+827+818	De Operações Correntes	
	Comissões e Taxas		819	De Operações Extrapatrimoniais	
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	332		Rendimento de Títulos	
724+...+728	Outras Operações Correntes	15 389	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	
729	De Operações Extrapatrimoniais		829	De Operações Extrapatrimoniais	
	Perdas em Operações Financeiras			Ganhos em Operações Financeiras	
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	18 731	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	6 827
731+738	Outras Operações Correntes		831+838	Outras Operações Correntes	
739	Em Operações Extrapatrimoniais		839	Em Operações Extrapatrimoniais	
	Impostos			Reposição e Anulação de Provisões	
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos			Provisões para Encargos	
7411+7421	Patrimoniais		851	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	
7412+7422	Impostos Indirectos	1 020	87		
7418+7428	Outros impostos				
	Provisões do Exercício			<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	34 433
751	Provisões para Encargos				
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 084			
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	39 555			
79	Outros custos e perdas das SIM		89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM	
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>			<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>	
	Custos e Perdas Eventuais			Proveitos e Ganhos Eventuais	
781	Valores Incobráveis		881	Recuperação de Incobráveis	
782	Perdas Extraordinárias		882	Ganhos Extraordinários	
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>			<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
66	Resultado Líquido do Período (se>0)		66	Resultado Líquido do Período (se<0)	5 122
	<i>TOTAL</i>	39 555		<i>TOTAL</i>	39 555
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	15 370	F - E	Resultados Eventuais	
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	(5 122)
			B+D+F-A-C-		
B-A	Resultados Correntes	(5 122)	E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	(5 122)



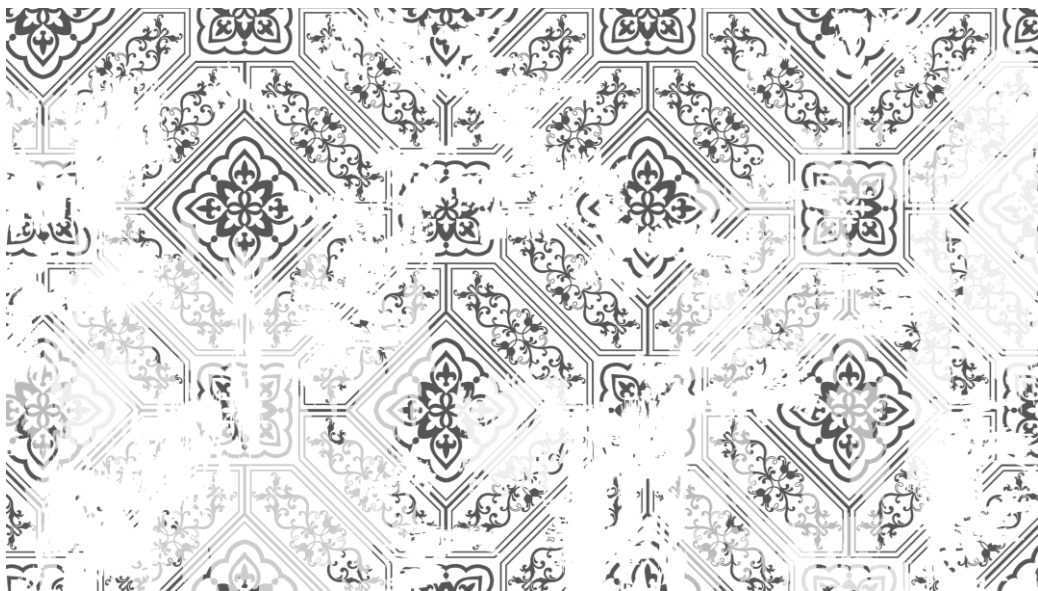
i m | g | a |

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-26	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:		4 720 342
Subscrição de unidades de participação	4 720 342	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		4 720 342
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS:		1 228 115
Venda de títulos e outros ativos	833 632	
Reembolso de títulos e outros ativos	55 000	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	300 244	
Juros e proveitos similares recebidos	39 240	
PAGAMENTOS:		5 431 425
Compra de títulos e outros ativos	5 128 602	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	300 000	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	2 822	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(4 203 310)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:		79 658
Outros recebimentos correntes	79 658	
PAGAMENTOS:		66 345
Comissão de gestão	8 957	
Taxa de supervisão	400	
Impostos e taxas	92	
Outros pagamentos correntes	56 896	
Fluxo das operações de gestão corrente		13 313
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		530 345
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		0
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		530 345



i m | g | a |

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA GV Portuguese Corporate Debt – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 10 de outubro de 2025 e efetivou-se em 06 de janeiro de 2026.

O Fundo adotará uma política de investimentos que terá como objetivo o investimento em instrumentos de dívida de emitentes corporate (Obrigações e Papel Comercial).

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Bison Bank, S.A..

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores. As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural.

Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação da categoria G é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2025	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2026
Valor base	-	4 763 022	-	-	-	4 763 022
Diferença p/Valor Base	-	(42 680)	-	-	-	(42 680)
Resultados acumulados	-	-	-	-	-	-
Resultados do período	-	-	-	-	(5 122)	(5 122)
SOMA	-	4 720 341	-	-	(5 122)	4 715 219
Nº de Unidades participação	-	952 604	-	-	-	952 604
Valor Unidade participação	-	-	-	-	-	4.9499

Em 30 de junho de 2026 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

		Categoria G		
	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2026	30-06-26	4.9499	4 715 219	952 604
	31-03-26	4.9319	1 214 924	246 342

Em 30 de junho de 2026, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	3
5% ≤ UPs < 10%	10
2% ≤ UPs < 5%	4
0.5% ≤ UPs < 2%	-
UPs < 0.5%	-
TOTAL	17

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2026, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Portuguesas						
-Obrigações diversas						
Banco BPI SA 2.625% 08/04/31	97 433	1 034	-	98 467	597	99 064
Banco BPI SA 3.625% 04/07/28	101 086	435	-	101 521	3 585	105 106
Banco Santanter Totta SA 1.25% 26/09/27	195 758	694	-	196 452	1 897	198 349
Caixa Eco Montepio Geral Var 22/06/31	299 910	330	-	300 240	238	300 478
Caixa Geral de Depósitos Var 31/10/28	103 889	-	(457)	103 432	3 812	107 244
Floene Energias SA 4.875 03/07/28	207 353	-	(2 209)	205 144	9 670	214 814
	1 005 429	2 493	(2 666)	1 005 256	19 800	1 025 056
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Títulos dívida Pública						
DBR O 15/08/26	248 838	495	-	249 333	-	249 333
	248 838	495	-	249 333	-	249 333
-Obrigações diversas						
Abanca Corp Bancaria SA Var 14/02/31	199 193	87	-	199 280	2 422	201 702
Banco Comercial Português Var 05/05/32	198 603	-	(191)	198 412	997	199 409
Banco CTT Var30/10/29	299 577	1 593	-	301 170	2 131	303 301
Bankinter SA 13/09/31	211 655	219	-	211 874	7 747	219 621
BRISA Concessão Rodoviária SA 2..375% 10/05/27	199 678	-	(414)	199 264	664	199 928
Caixa Geral de Depósitos Var 07/10/31	99 434	-	(1 026)	98 408	2 186	100 594
Cepsa Finance SA 4.125% 11/04/31	203 328	-	(458)	202 870	1 808	204 678
CIN - Coporação Industrial do Norte S.A. Float 06/12/26	100 030	522	-	100 552	253	100 805
CUF SA 4.75% 11/12/29	209 325	-	(4 928)	204 397	501	204 898
EDP SA Var 29/05/54	304 818	552	-	305 370	1 249	306 619
El Corte Ingles 4.25% 26/06/31	206 246	184	-	206 430	93	206 523
Fab Porcelana Vista Aleg 5.3% 20/05/29	167 520	-	(1 842)	165 678	942	166 620
Fidelidade Seguros PT Var 29/11/172	218 150	-	(846)	217 304	1 348	218 652
Mota Engil SGPS SA 4.5% 23/05/30	99 400	-	(225)	99 175	463	99 638
Mota Engil SGPS SA 7.25% 12/06/28	104 400	-	(251)	104 149	363	104 511
Naturgy Finance BV 3.25% 02/10/30	99 556	129	-	99 685	2 413	102 098
Novo Banco SA Var 01/12/33	112 412	-	(911)	111 501	5 709	117 210
Novo Banco SA Var 22/01/31	100 851	-	(1 007)	99 844	1 470	101 314
	3 134 176	3 286	(12 099)	3 125 363	32 758	3 158 121
2. OUTROS VALORES						
Outros instrumentos de dívida						
-Papel comercial						
RNM - Produtos Químicos SEM PC 2.50% 11/06/26 - 09/07/26	250 000	-	-	250 000	(156)	249 844
	250 000	-	-	250 000	(156)	249 844
TOTAL	4 638 443	6 274	(14 765)	4 629 952	52 402	4 682 354

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o primeiro semestre de 2026 foi o seguinte:

(Valores em Euro)				
Descritivo	31-12-2025	Aumentos	Reduções	30-06-2026
Depósitos à ordem	-	6 558 460	6 028 115	530 345
TOTAL	-	6 558 460	6 028 115	530 345

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2026, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	449 260	-	-	-	-	449 260
de 1 a 3 anos	1 317 156	-	-	-	-	1 317 156
de 3 a 5 anos	2 565 289	-	-	-	-	2 565 289
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

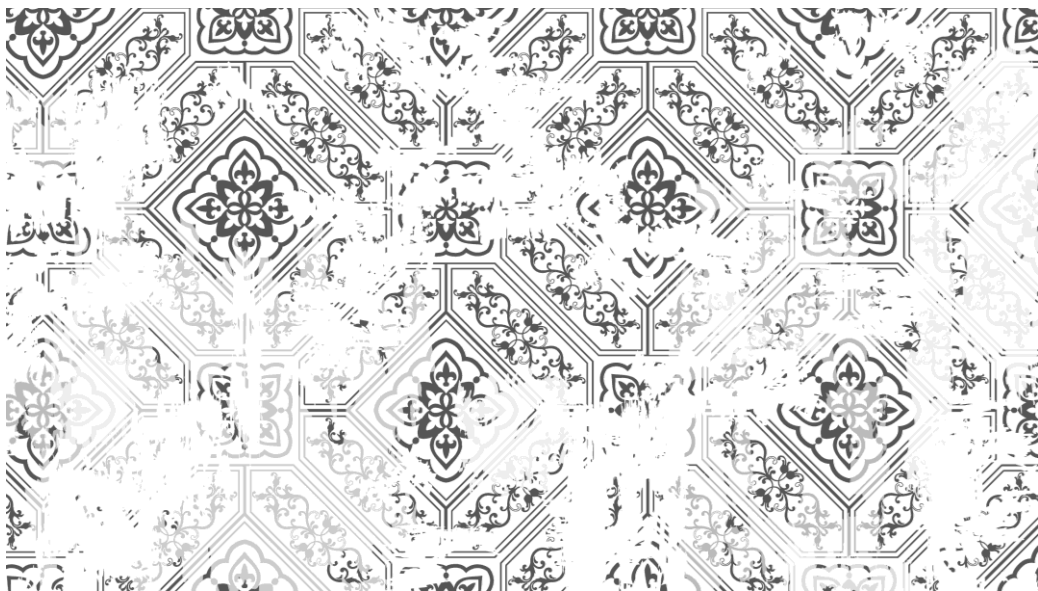
15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria G	
	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	14 535	1.76%
Comissão de Depósito	860	0.10%
Taxa de Supervisão	500	0.06%
Custos de Auditoria	1 584	0.19%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	513	0.06%
Outros Custos Correntes	0	0.00%
TOTAL	17 992	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	2.18%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i m | g | a |

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA GV Portuguese Corporate Debt - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o «OIC») gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 5 212 945 euros e um total de capital do OIC de 4 715 219 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5 122 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as Divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA GV Portuguese Corporate Debt - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

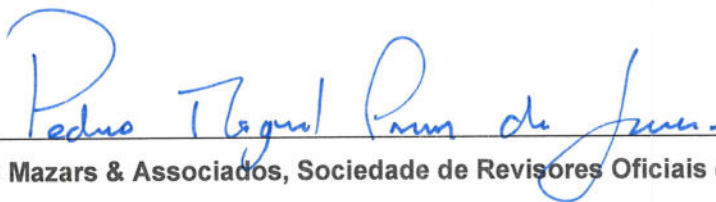


Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2026



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)